

Silvio de Almeida e o governo federal: uma proposta de análise e gerenciamento de crise¹

Gisela Maria Santos Ferreira de SOUSA²

Pablo Renan Veloso da SILVA³

Patrícia Rakel de Castro SENA⁴

Rafael Costa Silva SANTOS⁵

Vando MACIEL⁶

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

Resumo

A presente pesquisa investiga a gestão da crise no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em face das acusações de assédio contra o ex-ministro Silvio Almeida. Parte-se da compreensão de crise como um evento inesperado capaz de ameaçar a legitimidade institucional, exigindo respostas rápidas e estrategicamente coordenadas. O objetivo é identificar as lacunas na comunicação institucional e apresentar possíveis estratégias para uma gestão de crises em um cenário digital de propagação veloz. A abordagem metodológica consiste em pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e estudo de caso, tomando como recorte empírico o episódio envolvendo Silvio Almeida e a repercussão das denúncias divulgadas em setembro de 2024. Os resultados indicam que a ausência de transparência e da utilização de um protocolo bem definido intensificaram o efeito negativo da crise. Como proposta de solução, recomenda-se a formação de um comitê multidisciplinar de gestão de crise, o monitoramento constante das redes sociais e a capacitação de porta-vozes para que possam oferecer respostas rápidas e coordenadas.

Palavras-chave: gestão de crises; comunicação institucional; estratégias comunicacionais; mídias digitais; transparência.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa “Comunicação pública e política”, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação PPGCOMPro - UFMA, e-mail: gisela.sousa@ufma.br

³ Mestrando do Curso de Comunicação PPGCOMPro - UFMA, e-mail: pablo.renan@discente.ufma.br

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação PPGCOMPro - UFMA, e-mail: patricia.rakel@ufma.br

⁵ Mestrando do Curso de Comunicação PPGCOMPro - UFMA, e-mail: rafael.css@discente.ufma.br

⁶ Mestrando do Curso de Comunicação PPGCOMPro - UFMA, e-mail: vando.maciell@discente.ufma.br

1 INTRODUÇÃO

Em 5 de setembro de 2024, o Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, foi acusado de assédio sexual⁷ por diversas mulheres, dentre elas, a Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. As denúncias, inicialmente publicadas pelo site Metrôpoles e, no mesmo dia, confirmadas pela organização “Me Too Brasil” (*Me too* Brasil, 2024), se espalharam rapidamente, desencadeando reações imediatas tanto da opinião pública quanto da mídia (Amado, 2024).

A crise, sob a perspectiva da comunicação estratégica, pode ser compreendida como um acontecimento inesperado que ameaça valores institucionais, compromete a reputação organizacional e exige respostas rápidas e planejadas para conter danos e restaurar a confiança pública (Coombs, 2019). No mesmo sentido, Argenti (2014, p. 336) leciona que, em situações de crise “a comunicação assume uma importância maior do que a ação quando a crise envolve elementos menos tangíveis, como a perda da reputação [...]”.

Segundo a Folha de São Paulo (2024), o presidente Lula já tinha ciência das acusações aproximadamente sete dias antes de elas se tornarem públicas. A demora na adoção de providências contribuiu para agravar o impacto comunicacional da crise, especialmente em um cenário digital marcado pela rapidez da difusão de informações e pela intensa polarização (Poder 360, 2024).

Levando em consideração este cenário, o presente artigo tem por objetivo propor estratégias digitais que poderiam ter sido utilizadas na gestão de crises no Governo Federal, com foco no Ministério dos Direitos Humanos.

⁷ Importa diferenciar Assédio Sexual de Importunação Sexual: Ambos são crimes contra a liberdade sexual. A importunação sexual trata de crime mais grave e, portanto, com pena mais severa, que vai de 1 a 5 anos. O assédio sexual exige que o criminoso use sua condição de ocupar cargo superior no local de trabalho de ambos, com objetivo de constranger a vítima a lhe conceder vantagem sexual. Por exemplo, chefe que ameaça demitir secretária, se ela não atender seus convites para saírem juntos. A pena prevista para esse crime vai de 1 a 2 anos de prisão e pode ser aumentada em até 1/3, caso a vítima seja menor de 18 anos (TJDFT, 2022). Nesse sentido, as denúncias contra Silvío Almeida seriam de importunação sexual por parte de mulheres que não lhe fossem subordinadas em uma relação de trabalho e também por parte da Ministra Anielle Franco por ambos ocuparem a cadeira de Ministro à época, não havendo assim hierarquia ou subordinação trabalhista entre eles. Utilizou-se o termo “Assédio Sexual” aqui porque foi a forma como os veículos de comunicação brasileiros trataram o caso.

2 ANÁLISE DAS FALHAS NA GESTÃO DA CRISE NO CASO SILVIO ALMEIDA E O QUE PODERIA TER SIDO FEITO

Em um diagnóstico geral, uma abordagem estratégica estruturada, especialmente em ambientes digitais, em que a velocidade da circulação de conteúdos reduz a capacidade de resposta institucional e fortalece narrativas paralelas que afetam diretamente a reputação organizacional (Tench; Yeomans, 2015), teria evitado o agravamento veloz da crise.

À luz de Coombs (2019), crises reputacionais exigem respostas rápidas, coerentes e previamente planejadas, capazes de preservar a legitimidade institucional e reduzir impactos negativos. A gestão de crises também exige uma adaptação contínua para administrar as reações da sociedade e construir uma narrativa que reforce os valores e a integridade da instituição (Kunsch, 2016).

Como dito ao início deste trabalho, a proposta consiste em apresentar possíveis estratégias que poderiam ter sido utilizadas pelo Governo Federal para superar os impactos da crise e reconstruir a reputação do Ministério.

Uma das principais estratégias de comunicação que poderia ser adotada seria o monitoramento ativo das mídias digitais, para identificar e responder informações falsas em tempo real. A demora permitiu que narrativas paralelas se consolidassem, ampliando a percepção de omissão institucional. Isso poderia ser reduzido por meio do uso de ferramentas de *social listening*, como Google Alertas, permitindo acompanhar menções e palavras-chave relacionadas ao órgão.

Para complementar esse monitoramento, a formação de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de comunicação, juristas e outros especialistas, disponíveis integralmente durante períodos críticos, seguindo protocolos que garantam agilidade e precisão nas respostas, poderia ser uma medida eficaz para conter a escalada da crise e reduzir a desconfiança pública.

Em conjunto com essas ações, um plano de comunicação unificado, com mensagens-chave consistentes e um porta-voz preparado para representar o Ministério em todas as situações, tanto para a mídia quanto para os *stakeholders*, também fariam parte dessas estratégias comunicacionais. Segundo Tench e Yeomans (2015), a coerência discursiva é essencial para evitar ruídos

informacionais e preservar a credibilidade institucional. Isso centralizaria a comunicação institucional em um único ponto, evitando mensagens desencontradas e garantindo maior objetividade nas ações do governo.

Esse plano também deveria incluir um manual com diretrizes de comunicação para todos os envolvidos, assegurando alinhamento e coerência discursiva. As mulheres, ONGs e movimentos sociais também deveriam ser envolvidos de maneira ativa, oportunizando o saneamento de dúvidas e fortalecendo o diálogo com setores diretamente impactados pela crise, contribuindo para restaurar a legitimidade institucional.

Por fim, uma campanha intitulada “Respeito Não Tem Cargo” poderia ser implementada como ação estratégica para promover a cultura do respeito no serviço público. Utilizando formatos como vídeos, podcasts e materiais gráficos, a campanha teria como objetivo disseminar a importância de um ambiente de trabalho livre de assédio, com ênfase na promoção de uma cultura ética e saudável. Por meio de depoimentos de líderes e servidores, seriam destacadas ações concretas de conscientização e mudança de comportamento.

3 CONCLUSÃO

Neste estudo, investigamos a relevância de restaurar a reputação de um Ministério após um episódio de crise institucional amplificado no ambiente digital. Enfatizamos a importância de adotar estratégias que priorizem transparência, rapidez nas respostas, coerência discursiva e interação com públicos-chave. Nas palavras de Coombs (2019), quando a resposta institucional falha, o dano reputacional tende a se expandir e comprometer a confiança pública. No caso analisado, o ambiente digital potencializou essa deterioração ao acelerar a circulação de informações, fortalecer a polarização e ampliar a percepção pública de omissão institucional.

O estudo destacou a importância da comunicação estratégica como elemento fundamental na administração de crises, sugerindo um modelo integrado que una iniciativas internas e externas para assegurar uma mensagem consistente, transparente e socialmente responsável. Dessa forma, pode-se afirmar que restaurar a

reputação de um Ministério após uma crise requer não apenas ações imediatas, mas também um compromisso duradouro com a ética, a transparência e a participação da sociedade. A elaboração de estratégias eficazes e a adoção de uma postura preventiva asseguram a formação de uma organização mais robusta, confiável e preparada para enfrentar crises futuras.

Referências

ACS. Importunação Sexual x Assédio Sexual. www.tjdft.jus.br, 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/importunacao-sexual-x-assedio-sexual>. Acesso em: 21 jan. 2025.

AMADO, Guilherme. Ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, é acusado de assediar mulheres, entre elas a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. *Metrópoles*, 5 set. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ministro-dos-direitos-humanos-silvio-almeida-e-acusado-de-assediar-mulheres-entre-elas-a-ministra-da-igualdade-racial-anielle-franco>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ARGENTI, Paul. *Comunicação empresarial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

COOMBS, W. Timothy. *Ongoing crisis communication: planning, managing, and responding*. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2019.

GAMA, Gabriela. Uma situação de crise em estudo de caso. *Comunicação e Sociedade*, v. 8, p. 141-161, 2005.

KARHAWI, Issaaf. Crises geradas por influenciadores digitais: propostas para prevenção e gestão de crises. *Organicom*, 2021, 18.35: 45-59.

LULA mandou auxiliar confrontar Silvio Almeida na semana passada sobre assédio a Anielle. *Folha de S.Paulo*, 7 set. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/09/lula-mandou-auxiliar-confrontar-silvio-almeida-na-semana-passada-sobre-assedio-a-anielle.shtml>. Acesso em: 6 jan. 2025.

LULA silencia sobre acusações contra Silvio Almeida em discurso. *Poder360*, 5 set. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/lula-silencia-sobre-acusacoes-contras-silvio-almeida-em-discurso/>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ME TOO BRASIL. Nota pública – 05/09/24. 2024. Disponível em: <https://metoobrasil.org.br/artigos/nota-publica-050924>. Acesso em: 4 jan. 2025.

TENCH, Ralph; YEOMANS, Liz. *Exploring Public Relations*. Harlow: FT Prentice Hall, Pearson Education, 2006. Disponível em: https://archive.org/details/exploringpublicr0000unse_o9o8/page/n9/mode/2up/. Acesso em: 22 abr. 2025.